

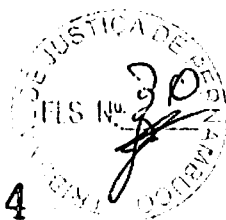


EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0131363-7/03 (com efeitos infringentes)
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA
EMBARGANTE: PEDRO PAULO VIANA
EMBARGADO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÃO NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS PRECEDENTES - RECURSO DE APELAÇÃO QUE ACOLHEU TESE DEFENSIVA NO SENTIDO DE CONSIDERAR A PENA DEFINITIVA PELO COMETIMENTO DO CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA (ARTIGO 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL) NO QUANTUM DE 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO E NÃO DE 08 (OITO) ANOS - MÉRITO DO RECURSO APELATÓRIO CALCADO NA REDUÇÃO DA PENA FIXADA EM RELAÇÃO AO CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA - DADO PROVIMENTO AO **SEGUNDO EMBARGO DECLARATÓRIO Nº 0131363-7/02** QUE ACOLHEU A TESE DA DEFESA NO SENTIDO DE ESCLARECER QUE A PENA DEFINITIVA SERIA DE **04 (QUATRO) ANOS** E NÃO DE 08 (OITO) ANOS, NOS MOLDES DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE 2º GRAU, HAVENDO, DE FATO, **EVIDENTE CONTRADIÇÃO** ENTRE O ENTENDIMENTO FIRMADO NO ÚLTIMO RECURSO DE EMBARGO E O DISPOSTO NO ACÓRDÃO DO RECURSO APELATÓRIO - ESCLARECIMENTOS QUANTO À REDUÇÃO DA PENA, COM O QUANTUM DA NOVA REPRIMENDA, HAJA VISTA O ACÓRDÃO ANTERIOR SÓ TER CORRIGIDO A DOSIMETRIA, DEIXANDO DE REDUZIR A PENA FIXADA EM RELAÇÃO AO CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA - **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** - INEXISTIU NO JULGAMENTO DO RECURSO PRECEDENTE (EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0131363-7/02) A ALMEJADA REDUÇÃO DA PENA DEFINITIVA, MAS TÃO SOMENTE, A CORREÇÃO DO JULGADO NO SENTIDO DE MANTER A CONDENAÇÃO ANTERIORMENTE IMPOSTA PELO JUIZO MONOCRÁTICO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE REVELAM COMO MEIO ADEQUADO PARA O REEXAME DE MATÉRIA DECIDIDA PELO ÓRGÃO JULGADOR, MORMENTE QUANDO SE DENOTA O OBJETIVO DE REFORMAR O JULGADO EM VISTA DA NÃO CONCORDÂNCIA COM OS FUNDAMENTOS PRESENTES NA DECISÃO RECORRIDA (PRECEDENTES DO STJ) - **MÉRITO RECURSAL JÁ ESGOTADO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL** - PENA DEFINITIVA PELO CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA FIXADA EM 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO, RESULTANDO NA PENA DEFINITIVA TOTAL (CRIMES DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA) EM 14 (QUATORZE) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO - MÉRITO DO RECURSO APELATÓRIO ESGOTADO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM REDUÇÃO DE PENA NO PRESENTE RECURSO -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE



104

MANUTENÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, COM AS DEVIDAS INTERPRETAÇÕES – EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0131363-7/03, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO aos presentes Embargos por inexistir qualquer contradição, obscuridade e/ou omissão no acórdão guerreado, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE

105



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0131363-7/03 (com efeitos infringentes)
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA EMBARGANTE:
PEDRO PAULO VIANA
EMBARGADO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

RELATÓRIO

Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO INFRINGENTE interposto por PEDRO PAULO VIANA contra o acórdão proferido nos autos dos **embargos declaratórios nº 0131363-7/02**, julgado em 01 de setembro de 2009, pela Primeira Câmara Criminal desta Egrégia Corte de Justiça, com publicação efetuada no Diário Oficial nº 162, de 11 de setembro de 2009.

Em seus arrazoados de fls. 02/07, o embargante argumentou que, inicialmente, o mérito do recurso apelatório nº 0131363-7 foi calcado na redução da pena fixada em relação ao crime de formação de quadrilha e que, em sendo dado provimento ao **segundo embargo declaratório nº 0131363-7/02**, que acolheu a tese da defesa no sentido de esclarecer que a pena definitiva seria de **04 (quatro) anos**, e não de 08 (oito) anos de reclusão, nos moldes do parecer do Ministério Público de 2º grau, haveria, de fato, **evidente contradição** entre o entendimento firmado no último recurso de embargo e o disposto no acórdão do recurso apelatório.

Requeru, destarte, que esta Corte de Justiça ressalte a ocorrência ou não da redução da pena, com o *quantum* da nova reprimenda, haja vista o acórdão anterior só ter corrigido a dosimetria, deixando de reduzir a pena fixada em relação ao crime de formação de quadrilha.

Manifestando-se o Ministério Público de 2º grau, representado pela Procuradora de Justiça, Dra. Adriana Gonçalves Fontes, ofertou parecer às fls. 17/25, **opinando pela rejeição** dos presentes embargos.

É o relatório.

Recife, 02 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade.
Relator

RMCCO (Embargos Declaratórios 0131363-7/03)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0131363-7/03 (com efeitos infringentes)
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA
EMBARGANTE: PEDRO PAULO VIANA
EMBARGADO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Ao analisar a peça inaugural de fls. 02/07, percebe-se que a defesa do embargante PEDRO PAULO VIANA tenta "ressuscitar" o mérito do **recurso apelatório nº 0131363-7**, já exaustivamente apreciado quando de seu julgamento em 20 de março de 2007, buscando a redução da pena fixada em relação ao crime de formação de quadrilha.

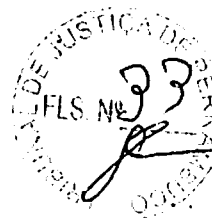
Pois bem.

De fato, esta Câmara já retificou o entendimento exposto no julgamento do recurso apelatório, por perceber que a Magistrada fixou, para o delito de quadrilha ou bando armado, a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão, que, com a duplicação prevista no parágrafo único do art. 288 do CP, passou a ser 04 (quatro) anos de reclusão.

Assim, esclareceu-se que a pena definitiva pelo crime de formação de quadrilha armada foi fixada em 04 (quatro) anos de reclusão, resultando a pena definitiva total (*crimes de roubo duplamente majorado e formação de quadrilha armada*) em 14 (quatorze) anos e 08 (oito) meses de reclusão.

Como bem alertado pelo Ministério Público de 2º grau (fls. 17/25), inexistiu no julgamento do recurso precedente (*embargos declaratórios nº 0131363-7/02*) a almejada **redução da pena definitiva**, mas, tão somente, a correção do julgado, no sentido de manter a condenação anteriormente imposta pelo juízo monocrático.

Divirjo da linha de raciocínio apresentada pelo agravante, por constatar de maneira clara que o acolhimento do recurso anterior foi no sentido de verificar o erro



material havido no julgamento do recurso apelatório referente à reprimenda pelo crime de formação de quadrilha, com **total esgotamento do mérito recursal**.

Destarte, não havendo que se falar em redução da pena, mantém-se a pena imposta na sentença nos seguintes termos:

- Para o crime tipificado no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, foi fixada **pena in concreto de 10 (dez) anos e 08 (oito) meses de reclusão com pagamento de 40 (quarenta) dias-multa**;
- Para o crime tipificado no artigo 288, do Código Penal, foi fixada **pena in concreto de 04 (quatro) anos de reclusão**.

Portanto, não há como acolher o pretendido no presente recurso, quando verificada a intenção reiterada do embargante na reapreciação de pontos já vistos e julgados por esta Egrégia Corte de Justiça, inexistindo qualquer sinal de contradição, obscuridade ou omissão.

Em casos semelhantes, o Superior Tribunal de Justiça firma o seguinte entendimento:

STJ: "(...) 1. Os embargos de declaração não se revelam como meio adequado para o reexame de matéria decidida pelo órgão julgador, mormente quando se denota o objetivo de reformar o julgado em vista da não concordância com os fundamentos presentes na decisão recorrida. (...) 4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no REsp 842477 / BA, 2006/0074347-9, T2 - Segunda Turma, Data do Julgamento: 26/02/2008, DJ 24.03.2008 p. 1)

Assim sendo, acolho o parecer da Douta Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal e **VOTO PELA REJEIÇÃO** dos presentes embargos.

É como voto.

Recife, 02 de *dezembro* de 2010.

[Assinatura]
Des. Romero de Oliveira Andrade.
Relator